

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. Este Termo de Referência foi elaborado de acordo com a **Lei Federal 14.133/21**, com base nas indicações do **Estudo Técnico Preliminar**, prestando as informações necessárias para o melhor atendimento à execução da obra descrita a seguir.

2. OBJETO

2.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) NA RUA POTIRENDABA – JARDIM GABRIELA**, conforme descritivo, caracterizado e especificado neste Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A construção tem por finalidade atender à necessidade de implantação de unidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no território do Jardim Gabriela, visando suprir a demanda existente por serviços da proteção social básica no Município.

3.2. A região apresenta concentração significativa de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, demandando a ampliação da capacidade de atendimento socioassistencial, bem como a descentralização dos serviços públicos, de modo a garantir maior acessibilidade, capilaridade e efetividade das ações desenvolvidas.

3.3. Atualmente, a infraestrutura disponível mostra-se insuficiente para atender de forma adequada e contínua à população local, seja pela limitação de espaços físicos apropriados, seja pela sobrecarga das unidades existentes, o que compromete a qualidade do atendimento e a execução das atividades técnicas.

3.4. A implantação de nova unidade do CRAS permitirá a estruturação de ambientes adequados para acolhimento, atendimento individual e



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

coletivo, desenvolvimento de ações socioeducativas e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, em conformidade com as diretrizes da política pública de assistência social.

3.5. Adicionalmente, a construção da unidade contribuirá para a organização da rede socioassistencial no território, promovendo maior integração entre os serviços públicos e ampliando a capacidade do Município de prevenir situações de risco social, reduzir vulnerabilidades e garantir o acesso da população aos direitos socioassistenciais.

3.6. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar a prestação adequada, contínua e eficiente dos serviços de assistência social, alinhando-se ao interesse público e às diretrizes de atendimento à população em situação de vulnerabilidade.

3.7. Por conseguinte, solicitamos a abertura de processo licitatório para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) NA RUA POTIRENDABA - JARDIM GABRIELA.**

4. DA DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. A solução proposta consiste na implantação do Centro Comunitário Vale do Sol, abrangendo todos os serviços de engenharia, infraestrutura, arquitetura, instalações e acabamentos necessários para a implantação de um equipamento referencial no bairro.

4.2. O equipamento é estruturado a partir de um conjunto arquitetônico contemporâneo, organizado em setores, que permitirão a realização simultânea de atividades formativas, culturais, esportivas e sociais.

4.3. A contratação se justifica pela necessidade de um centro para atender crianças, adolescente e adultos, com ambientes amplos, confortáveis para a integração da população com os equipamentos públicos.

4.4. O projeto arquitetônico incorpora premissas da inclusão, acessibilidade universal, segurança, eficiência energéticas e sustentabilidade, garantindo atendimento humanizado, acolhedor e funcional para os usuários e profissionais.

4.5. O novo centro de referência contará com:

- Espaços de convivência;
- Brinquedoteca;
- Sala multiuso;
- Sala Técnica;
- Sala de atendimento individualizado;
- Copa;
- Áreas administrativas;
- Áreas de apoio administrativo (arquivo, DML, depósito);

4.6. Dessa forma, a construção representa uma solução integrada, moderna, tecnicamente fundamentada e alinhada às políticas municipais, trata-se de um equipamento que articula convivência, educação e assistência social, oferecidos à população, com um espaço seguro, acolhedor, sustentável e capaz de transformar positivamente o tecido urbano do bairro.

4.7. A prestação do serviço se dará em conformidade com o previsto no Estudo Técnico Preliminar, projeto básico de arquitetura, especificações técnicas do Memorial Descritivo, planilhas orçamentárias e no futuro Termo de Referência que são elaborados pelos setores competentes.

4.8. Resumidamente a execução do serviço contemplará:

4.8.1. Serviços preliminares: atividade que compreendem: a limpeza inicial do local da obra, a instalação de proteção contra pedestres, enfim, a preparação inicial das necessidades que permitem o desenvolvimento dos trabalhos a realizar.

4.8.2. Fundação: Os serviços de fundação compreendem a locação, escavação, regularização do terreno, execução de base em concreto



magro, armação e concretagem dos elementos estruturais, seguindo o projeto e as normas técnicas vigentes, garantindo estabilidade e segurança da edificação.

4.8.3. Estrutura: A estrutura será executada em sistemas pré-moldado e metálico, envolvendo o fornecimento, montagem e fixação dos elementos estruturais conforme projeto executivo, garantindo precisão, estabilidade e desempenho conforme as normas técnicas aplicáveis.

4.8.4. Vedos: são elementos de vedação vertical, com ou sem função estrutural, essenciais para estruturar e/ou delimitar os ambientes. Consideram-se alvenarias externas e internas.

4.8.5. Impermeabilização: A impermeabilização é o processo utilizado para tornar uma superfície ou estrutura resistente à passagem de água, evitando infiltrações e danos causados pela umidade. O objetivo principal é proteger os materiais e garantir a durabilidade das construções, prevenindo problemas como mofo, corrosão e deterioração.

4.8.6. Cobertura: proteção da construção contra elementos externos, e sua escolha de materiais e técnicas depende de fatores como clima, tipo de edificação e orçamento disponível.

4.8.7. Esquadrias de madeira: As esquadrias de madeira devem obedecer rigorosamente às dimensões especificadas em projeto. Toda madeira empregada na execução de esquadrias deve estar seca, isenta de nós, empenamentos e rachaduras. O núcleo das portas, independentemente do tipo, deve possuir espessura tal que garanta o perfeito embutimento das fechaduras, não apresentando folga ou sobressalto. Os batentes devem ser fixados por parafusos de madeira, impermeabilizados, previamente chumbados na alvenaria com argamassa de cimento e areia 1: 3, havendo no mínimo 3 tacos para cada montante do batente.

4.8.8. Esquadrias metálicas: Todo o material a ser empregado, deve ser de boa qualidade e sem defeito de fabricação, ou falhas na laminação. Todos os furos dos rebites ou dos parafusos devem



ser escariados e as asperezas limadas. Todas as junções por justaposição, quer que sejam feitas por meio de parafusos, rebite ou soldas por pontos, devem ter os pontos de amarração espaçados em 8 cm no máximo, havendo sempre pontos de amarração nas extremidades.

4.8.9. Instalações Elétricas: São elementos para fornecer energia elétrica de forma segura e eficiente, envolvendo a utilização de componentes elétricos como cabos, fios, disjuntores, tomadas, interruptores e dispositivos de proteção, para distribuir eletricidade a diferentes pontos de uso dentro do local.

4.8.10. Instalações Hidráulicas: São os sistemas de encanamento e distribuição de água para fornecer água potável envolvendo uma série de componentes, incluindo tubos, conexões, válvulas, torneiras, registros e bombas. Esses elementos são utilizados para transportar a água da fonte de abastecimento até os pontos de uso. São partes integrantes das instalações hidráulicas: sistema de esgoto, sistema de água pluvial.

4.8.11. Revestimentos: São materiais aplicados sobre superfícies de paredes, pisos, tetos e outras áreas de uma construção, com o objetivo de proteger, decorar e proporcionar acabamento. São essenciais tanto para a funcionalidade quanto para a aparência de interiores e exteriores de imóveis.

4.8.12. Forros: Elementos de recobrimento interno sob as coberturas, visando isolamento térmico e/ou acústico; utilizados também para embutir tubulações em determinados ambientes; aplicação em diversos materiais.

4.8.13. Pisos: Materiais destinados à constituição e revestimento de pisos em ambientes internos e áreas externas à construção.

4.8.14. Pintura: Acabamento final para dar proteção contra intempéries, umidade, sujeira e desgastes às paredes, conservação



de elementos metálicos evitando a corrosão e conservação de elementos de madeira, evitando a absorção de água e de umidade, proporcionando também o embelezamento das superfícies.

4.8.15. Serviços Complementares: Serviços diversos visando à preparação e cuidados na obra, sendo os serviços complementares os que vão garantir a entrega da obra em perfeito estado de utilização para os usuários, objetivando higiene e estética ideais.

4.8.16. Paisagismo: A preparação do terreno a receber a vegetação artificial deverá ser feita de maneira que todo e qualquer tipo de vegetação rasteira ou entulho existente seja retirado, possibilitando assim a colocação da base para implantação do gramado sintético, instalação dos equipamentos, recreação e dos mobiliários urbanos.

4.8.17. Serviços técnicos: atividades especializadas realizadas por profissionais qualificados para garantir o planejamento, execução, controle e manutenção de projetos e obras. Isso inclui análise, consultoria, elaboração de projetos, inspeção, testes, cálculos, entre outros serviços que asseguram a viabilidade, segurança e qualidade das construções e sistemas, conforme as normas técnicas e regulamentações aplicáveis.

4.8.18. Andaimos metálicos: Em todos os trabalhos executados em fachadas ou em qualquer atividade elevada do solo, deverão ser utilizados andaimes metálicos de encaixe. Os andaimes deverão ser dimensionados e construídos de modo a suportar, com segurança, as cargas a que estarão sujeitos e de forma que tenham altura que permita o trabalho, ou seja, a mobilidade, o acesso de pessoas e materiais, segundo as determinações da NR18. Deverão estar bem firmes e escorados, tendo seus montantes apoiados sobre calços ou sapatas, capazes de resistir aos esforços e às cargas transmitidas e serem compatíveis à resistência do solo. Não será admitida a utilização de emendas nas tábuas utilizadas como piso sobre os andaimes. O contraventamento é necessário e será feito na diagonal. Deverá sempre existir guarda-corpo.



4.8.19. Movimento de terra/terraplanagem: Compreende os serviços de limpeza, escavação, corte, aterro, reaterro, nivelamento e compactação do solo, visando à adequação do terreno às cotas de projeto e às condições de suporte e estabilidade. Os materiais provenientes das escavações poderão ser reaproveitados, desde que tecnicamente adequados, ou destinados a local apropriado. Os aterros deverão ser executados em camadas, com controle de umidade e compactação conforme normas técnicas aplicáveis. Deverão ser observadas as condições geotécnicas do solo, bem como adotadas medidas de estabilidade, drenagem e controle ambiental durante a execução dos serviços.

4.9. A classificação do objeto como serviço especial de engenharia decorre da natureza da contratação, que contempla a construção nova de unidade pública destinada ao funcionamento de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), envolvendo execução integrada de múltiplas disciplinas técnicas, compatibilização de projetos, coordenação executiva e controle das diversas etapas construtivas.

4.10. A obra demanda atuação técnica especializada para execução de fundações, estrutura, instalações prediais, acessibilidade, sistemas complementares e urbanização, exigindo gerenciamento contínuo, planejamento executivo e observância rigorosa às normas técnicas aplicáveis, características que extrapolam os serviços padronizados classificados como comuns de engenharia.

4.11. Com base no inciso XXXIII, do artigo 6º da Lei 14.133/2021, a Administração opta pelo regime de **contratação semi-integrada**, no qual fornecerá o projeto básico, enquanto o contratado será responsável pela elaboração dos projetos executivos, projetos complementares, execução da obra, fornecimento de bens, montagem, teste, e demais atividades necessárias para a entrega final do objeto.

4.12. O regime possibilita à contratada aprimorar o detalhamento executivo a partir do projeto básico elaborado pela Administração, promovendo melhor coordenação entre estrutura,



instalações, arquitetura e sistemas complementares, reduzindo riscos de incompatibilidades técnicas, retrabalhos e interferências durante a execução.

4.13. Além disso, a semi-integração proporciona maior eficiência no planejamento executivo, na definição da sequência construtiva e na gestão das etapas da obra, sem comprometer a definição do objeto, uma vez que a Administração dispõe de projeto básico suficientemente detalhado, parâmetros técnicos definidos e matriz de riscos estabelecida nos documentos do certame.

5. LICENCIAMENTOS

5.1. Quanto à eventual elaboração de **Relatório de Impacto Ambiental**, este não se faz necessário no presente caso, vez que o serviço/obra não se enquadra nas hipóteses previstas no artigo 2º, da Resolução CONAMA 001/1986, ou seja, a sua execução não se mostra potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente. Trata-se de implantação de equipamento público em área urbana consolidada, com uso de técnicas construtivas convencionais e impactos ambientais localizados, temporários e mitigáveis.

5.2. A expedição de **Alvará de Construção** se mostra prescindível, haja vista que tal procedimento carece de norma municipal prevendo sua exigência e ainda, requerer que a Administração Municipal solicite para si mesma a referida autorização, mediante a anuência expressa de seus próprios órgãos técnicos, configuraria formalidade excessivamente burocrática, o que deve ser repelida, sob pena de afronta aos princípios constitucionais da legalidade e, sobretudo, da eficiência, ambos esculpidos no "caput" do artigo 37, da Constituição Federal.

5.3. Caso haja necessidade de licenciamento ambiental do serviço/obra, autorizações de órgãos como CETESB, Polícia Federal, Secretaria do Meio Ambiente, DAEE, e outros órgãos, caberá à detentora/contratada tomar todas as providências para a obtenção das licenças, autorizações, regularizações, etc., bem como, os custos inerentes a tais procedimentos.

5.4. A presente contratação visa gerar impactos ambientais, uma vez que a contratada para a realização da obra e serviços de engenharia deverá realizar com responsabilidade ambiental, visando à economia da manutenção e operacionalização, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais considerando a composição, características ou componentes sustentáveis que reduzam o impacto ambiental, conforme o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo II.

5.5. A geração de resíduos sólidos comuns à obra de construção civil, tem previsão de destinação nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002.

6. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

6.1. A permissão de participação de empresas em consórcio mostra-se tecnicamente adequada em razão das características do objeto, que contempla a construção de unidade pública destinada ao funcionamento de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), envolvendo execução integrada de múltiplas etapas construtivas e disciplinas técnicas.

6.2. A obra compreende serviços de infraestrutura, fundações, estrutura, instalações prediais, acessibilidade, urbanização e sistemas complementares, demandando adequada capacidade técnico-operacional, gestão executiva e mobilização simultânea de equipes, equipamentos e recursos especializados.

6.3. A admissão de consórcios contribui para ampliação da competitividade e possibilita a reunião de capacidades operacionais, financeiras e técnicas compatíveis com a complexidade executiva da obra, favorecendo maior eficiência na execução contratual e no atendimento aos prazos estabelecidos.

6.4. Além disso, a participação consorciada não compromete a fiscalização e o controle da execução pela Administração, permanecendo as empresas consorciadas solidariamente responsáveis pelas obrigações contratuais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7. EXECUÇÃO DO OBJETO



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

7.1. O Prazo de vigência do Contrato será de **360 (trezentos e sessenta)** dias, podendo ser prorrogado na forma da lei.

7.2. O Serviço será executado na Rua Potirendaba - Jardim Gabriela.

7.3. A execução do objeto será a partir da emissão da ordem de início, estabelecido pela Secretaria de Obras.

7.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

7.5. O prazo de garantia contratual dos serviços, é de cinco anos, conforme artigo 618 do Código Civil:

"Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá durante o prazo irredutível de cinco anos pela solidez e segurança do trabalho, assim como em razão dos materiais e do solo."

8. REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da ordem de início.

8.2. Em caso de eventuais necessidades, os preços contratados poderão ser reajustados, de comum acordo entre as partes, caso seja ultrapassado o prazo contratual, a cada período de 12 (doze) meses, com base na variação do índice **FIPE - IPOP - Edificações Geral, ocorrida entre a DATA DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA (DATA BASE - I0) e o DECURSO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.**

8.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



8.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

9. GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 9.787, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total e parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais técnicos alocados na Secretaria de Obras, ao qual competirá o acompanhamento da execução do contrato, anotando toda e qualquer ocorrência.

9.6. No caso de se contatar irregularidades deverá notificar a Contratada para correção no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.7. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.9. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil para sua tramitação, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10.2. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante, a usuários participantes ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços.

10.4. Executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a Contratada cumprir com todas as normas técnicas da ABNT, relativas aos processos de fabricação, objetos do presente Termo, no que couber.

10.5. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços acordados se realizem com profissionalismo e perfeição, dentro dos parâmetros das normas competentes.

10.6. Fornecer aos seus empregados EPI's, uniformes e crachá de identificação, de uso obrigatório durante a execução dos Serviços.

10.7. Manter um encarregado durante a execução do serviço para supervisionar o andamento das atividades e solucionar problemas se necessário.

10.8. Recrutar, em seu nome sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhes todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade do Município de Barueri.

10.9. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social.

10.10. Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços sem interrupção;

10.11. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas seus empregados em atividade, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades.

10.12. Providenciar para que todos os seus empregados em atividade cumpram as normas relativas à segurança dos locais onde serão executados os serviços.

10.13. Ao abrigo das leis em vigor, a empresa contratada deverá providenciar, após a assinatura do contrato, a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART-CREA)** ou **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT-CAU)** dos serviços, objeto deste Termo de Referência.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. Mediante requerimentos apresentados à Prefeitura pela Contratada, serão efetuadas após decurso dos respectivos períodos, as medições dos serviços prestados, desde que devidamente instruídas com a documentação necessária à verificação da respectiva medição.

11.2. O valor de cada medição será apurado com base nas quantidades dos serviços executados no período, aplicados os preços unitários propostos.

11.3. Os pagamentos observarão os seguintes critérios:

11.3.1. As medições serão apresentadas até o terceiro dia útil, após o encerramento do período;

11.3.2. O órgão competente da Prefeitura Municipal de Barueri promoverá a conferência e aprovação da medição, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da apresentação;

11.3.3. As faturas dos serviços prestados deverão ser apresentadas de acordo com a Ordem de Serviço correspondente, que deverão ser emitidas no primeiro dia subsequente à medição e aprovação dos serviços efetivamente executados;

11.3.4. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da liberação promovida pela Secretaria de Obras;

11.3.5. No caso de devolução das medições por inexatidão, o prazo para pagamento será contado da reapresentação e aceitação destas pela CONTRATANTE;

11.3.6. A empresa contratada deverá apresentar relatórios técnicos mensais dos serviços realizados durante o período de medição.

12. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

12.1. O recebimento provisório deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias contatos a data de pagamento da medição final.

12.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).



12.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e/ou Instruções exigíveis.

12.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

13. CRITÉRIO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR

13.1. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.1.1. Prova de Patrimônio Líquido mínimo e/ou Capital Social mínimo de **R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais)**.

13.1.2. Justifica-se este pedido, ao abrigo do **art. 69.º, §4.º** da Lei Federal n.º 14.133/2021, trata-se também de uma forma de segurança no sentido da Administração saber sobre a "saúde financeira" da empresa concorrente.

13.1.3. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a **90 (noventa) dias**.

13.1.4. Caução, seguro garantia ou fiança bancária, deverá ser no valor estipulado de 1,0% (um por cento), sobre o valor base estimado para contratação, conforme art. n.º 58 e seus parágrafos da Lei 14.133 de 2021.

13.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO EM CONSÓRCIO



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

13.2.1. Para a comprovação do Patrimônio Líquido mínimo exigido, será fixado acréscimo de até 30% (trintas por cento) sobre o valor exigido do licitante individual, conforme art. 15, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

13.2.2. Admite-se o somatório dos valores apresentados pelas empresas consorciadas para fins de atendimento aos requisitos de qualificação econômico-financeira e técnica, observados os critérios estabelecidos neste termo.

13.2.3. As demais exigências e documentos deverão obedecer ao disposto no item 13.1. deste instrumento convocatório.

13.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

13.3.1. Prova de Registro no **CREA** ou **CAU**;

13.3.2. Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), e seus anexos (quando a Certidão assim exigir), expedida(s) pelo CREA/CAU, do(s) profissional(is), de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, comprovando a execução de obras e/ou serviços de características semelhantes ou similares de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores às apresentadas a seguir, que são as que tem maior relevância técnica e/ou valor significativo

- **ESTRUTURA METÁLICA PARA COBERTURA**
- **CAIXILHO EM ALUMÍNIO ANODIZADO, BRONZE, VIDRO 8MM, REFLEXIVO, COM CONTROLE SOLAR+PVB VERDE**
- **EMBOÇO - ARGAMASSA MISTA DE CIMENTO, CAL E AREIA 1:4/12**
- **TINTA PVA**
- **MURO DE CONTENÇÃO, INCLUINDO FUNDAÇÃO E REVESTIMENTO**

13.3.3. A Certidão de Acervo Técnico - CAT deverá referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do(s)



profissional(is), sendo que somente serão aceitas as constantes do artigo 1º da Resolução nº 218 do CONFEA e pela Lei Federal nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010 (CAU) e relacionadas à execução e/ou fiscalização dos serviços;

13.3.4. O Licitante deverá apresentar, declaração de indicação de responsável técnico legalmente habilitado conforme critérios estabelecidos no presente edital.

13.3.5. O(s) profissional(is) detentor(es) da CAT, deverá(ão) ter vínculo com a Licitante na data da celebração do contrato. A comprovação de vínculo do(s) profissional(is) detentor(es) da CAT pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

13.3.6. As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados para atendimento das exigências de qualificação técnica, os quais poderão ser apresentados em nome de qualquer consorciada, independentemente da sua cota de participação no Consórcio.

13.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

13.4.1. Atestado(s) em nome do Licitante, obrigatoriamente pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de obras, e/ou serviços de características semelhantes ou similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente, similares ou superiores às apresentadas a seguir, que são às que tem maior relevância técnica e/ou valor significativo:

- **ESTRUTURA METÁLICA PARA COBERTURA.....2.900,00 m2**
- **CAIXILHO EM ALUMÍNIO ANODIZADO,BRONZE, VIDRO 8MM,REFLEXIVO,COM CONTROLE SOLAR+PVB VERDE.....30,00 m2**
- **EMBOÇO - ARGAMASSA MISTA DE CIMENTO, CAL E AREIA 1:4/12.....1.280,00 m2**
- **TINTA PVA.....1.250,00 m2**
- **MURO DE CONTENÇÃO, INCLUINDO FUNDAÇÃO E REVESTIMENTO....18,00 m**



NOTA: Pode-se analisar que as exigências são "quantidades razoáveis", considerando a dimensão dos serviços, e mais, não ultrapassam 50% (cinquenta por cento) da execução pretendida.

13.4.2. Indicação do(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Coordenador(es) pelas obras/serviços, objeto desta Licitação.

13.4.3. Indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnicos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

13.4.4. **As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados para atendimento das exigências de qualificação técnica, os quais poderão ser apresentados em nome de qualquer consorciada, independentemente da sua cota de participação no Consórcio.**

13.5. ATESTADO DE DESEMPENHO PARA EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

13.5.1. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica, conforme disposto art.67 §10 e 11, da Lei 14.133/2021:

I - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas

para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

13.5.2. Conforme subitem 13.5.1, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

13.6. B.D.I

13.6.1. Demonstração da composição do B.D.I., em conformidade com o modelo e os critérios estabelecidos em anexo.

13.7. ENCARGOS SOCIAIS

13.7.1. Foram adotados para os itens de Encargos Sociais de 136,73%, conforme SIURB.

13.7.2. A Licitante deverá encaminhar demonstrativo de Encargos Sociais.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR

14.1. Conforme planilha base estima-se que o valor global de **R\$ 3.941.108,45 (três milhões, novecentos e quarenta e um mil, cento e oito reais e quarenta e cinco centavos)** para execução da prestação do objeto.

14.2. A planilha orçamentária da Prefeitura Municipal de Barueri (PMB) integra referenciais de diversas bases de dados nacionais e complementares para garantir o alinhamento e consistência com padrões oficiais.

14.3. Com objetivo de garantir a transparência, a planilha orçamentária PMB é publicada, em meio oficial, com periodicidade semestral, assegurando a atualização dos dados e cumprimentos dos critérios de controle adotados pela Administração.

15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

15.1. O critério de julgamento a ser adotado deverá ser o de "menor preço global".

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria de Obras.

17. NOTA FINAL

17.1. O processo objeto desta licitação foi orientado e supervisionado pelo Secretário da pasta.

17.2. Este Termo de Referência originou-se com base no **Estudo Técnico Preliminar**, caracterizando uma contratação de interesse público com envolvimento de sua melhor solução.

17.3. Em todos os casos omissos, respeitar-se-á as leis em vigor, nomeadamente ao estipulado na **Lei Federal n.º 14.133/21, Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações, e pelo Decreto Municipal n.º 9.787/23.**

Barueri, 12 de maio de 2026.



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900



Assinaturas do documento



"Termo_de_Referência_Req._00003171_2026"

Código para verificação: **3X8P6D2R**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ALESSANDRO AUGUSTO DOS SANTOS** (CPF: ***.518.248-**) em 13/05/2026 às 10:00:22 (GMT-03:00)
Emitido por: "SolarBPM", emitido em 22/07/2025 - 08:26:46 e válido até 22/07/2028 - 08:26:46.
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://solarbpm.barueri.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e o código **3X8P6D2R** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.